

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008723-54.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória**
 Requerente: **Conceição Aparecida Portioli e outro**
 Requerido: **Edna Paschoalino Martins e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

CONCEIÇÃO APARECIDA PORTIOLI e ESPÓLIO DE CLAUDINEI CORA ajuizaram a presente ação de **ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA** em face de **EDNA PASCHOALINO MARTINS e ANTONIO RODRIGUES MARTINS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em síntese, que adquiriram dos requeridos, mediante contrato de compra e venda firmado em 09/06/1999 o imóvel descrito na inicial (cf. documento de fls. 12 e ss). Ocorre que os requeridos não outorgaram a escritura definitiva, o que pretendem suprir. Propuseram a presente ação visando à adjudicação do imóvel. Juntaram documentos.

As petições de fls. 18/19 e 21/22 foram recebidas como aditamento à inicial.

A correquerida Edna foi devidamente citada (fls. 62). Na oportunidade, informou o falecimento de seu marido, o corréu Antonio Rodrigues Martins.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em audiência de conciliação, a corré Edna compareceu confirmando a venda do imóvel e concordando com o pedido inicial (cf. fls. 63).

É o relatório.**Fundamento e decido.**

Os autores vêm a juízo dizendo ter adquirido o imóvel descrito a fls. 01 mediante contrato de compra e venda firmado em 09/06/1999 (cf. contrato de compra e venda a fls. 12/13).

Referido instrumento me parece ordenado no aspecto formal e contém as assinaturas de Edna, Claudinei, Conceição e Edmário (que se comprometeu a pagar a última prestação do preço).

Edna veio aos autos se mostrando favorável à outorga da escritura.

Assim, não contestada a ação e havendo concordância têm os autores direito de ver sua situação regularizada no Registro de Imóveis.

É o que basta para a solução da demanda.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para ADJUDICAR aos autores o imóvel matriculado sob o número nº 53.984 no CRI local, de forma que esta sentença supra a falta de escritura de compra e venda e sirva como título hábil a registro. Transitada esta em julgado e recolhido o imposto, expeça-se carta de sentença



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

para registro nos termos do artigo 221, inciso IV da Lei de Registros Públicos.

Como a requerida deu causa ao ajuizamento e sucumbiu, suportará as custas do processo e os honorários advocatícios ao patrono dos autores, que fixo, por equidade, em R\$ 788,00, devendo ser observado o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 09 de novembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**